



# Coletividade em ação

Livro registra história de luta da comunidade de Vila Verde pela conquista de seus direitos

**Tatiany Carvalho**

A comunidade do bairro de Vila Verde, encravada no miolo de Mussurunga, aprendeu o significado da palavra cidadania através de um processo participativo. A maioria das cerca de 500 famílias que passaram a conviver no planalto de Vila Verde se conheceu no Verão de 1995, quando ocuparam as casas construídas pela prefeitura da cidade naquela comunidade.

Em comum, os moradores guardavam histórias tristes da forte chuva que caiu na capital baiana entre maio e junho daquele ano, quando muitos do que ali estavam perderam tudo o que ti-

nam em razão da tempestade. O início de uma nova vida, agora em Vila Verde, é relatado pela professora e arquiteta Débora Nunes, doutora em urbanismo pela Universidade de Paris XII, em seu livro *Pedagogia da participação - Trabalhando com comunidades* (Unesco, Quarteto Editora: Salvador, 2002).

Vila Verde foi concebida e planejada para atender pessoas desabrigadas que não tinham onde morar. Como afirma Débora Nunes, professora e Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e da Universidade Salvador (Unifacs), os primeiros habitantes chegaram ali em dezembro de 1995. As casas amarelas e brancas,

com cerca de 84m<sup>2</sup> de área cada uma, eram perfiladas e padronizadas. As construções possuíam cozinha, sala e banheiro, sendo que equipamentos como pia, latrina e chuveiro, muitos nunca haviam possuído antes. Mas, mesmo assim, havia uma sensação de estranhamento em relação ao novo espaço. Segundo a professora, alguns moradores demonstraram descontentamento em relação à localização afastada do bairro, que dificultava o deslocamento às áreas centrais da cidade.

A autora parte do princípio de que populações de baixa renda e com baixa escolaridade têm dificuldades de tomar parte em proces-

sos participativos, mesmo quando existe vontade política. A proposta de reinvenção de um urbanismo participativo, que se presta a intervir na cidade de modo democrático, resultou na experiência piloto desenvolvida por Débora Nunes em Vila Verde. "Num primeiro momento, eles acham que nunca serão ouvidos e que nunca vão conseguir se organizar", declarou. *Pedagogia da participação - Trabalhando com comunidades* traz relatos de sua experiência em Vila Verde, durante os dez meses de sua pesquisa. A edição francesa do título, publicada pela Unesco, foi lançada no começo de novembro na Embaixada do Brasil, em Paris.

## Obra propõe participação

*Pedagogia da participação - Trabalhando com comunidades* traz a proposta de reinvenção de um urbanismo participativo, que propõe intervir na cidade de modo democrático. Em atividades pedagógicas desenvolvidas durante oficinas realizadas com o grupo, os moradores aprenderam a importância da organização, da participação, do agir coletivamente, de se reconhecer enquanto bairro e não apenas enquanto indivíduos. "Aos poucos, com as atividades, eles vão superando o estigma de que são incapazes. Eles queriam, sabiam que tinham direitos, mas não sabiam como agir", destaca Débora Nunes.

A experiência piloto de participação popular desenvolvida no bairro de Vila Verde foi destacada pela Unesco como exemplar para inspiração de metodologias participativas em outras áreas de baixa renda, em diversas cidades do mundo.

Ao fim da experiência e a partir da identificação pelos próprios habitantes da comunidade das principais necessidades do bairro, estavam construídas uma associação de moradores, uma escola comunitária e uma creche.

## Vila carece de emprego e escolarização

A constituição de Vila Verde não difere da maioria dos bairros periféricos das metrópoles brasileiras. Em pesquisa de campo, Nunes descobre que apenas 26,5% dos entrevistados possuíam emprego fixo, 6% eram aposentados, 8,8% se declararam autônomos, 20,8% realizavam algum tipo de biscoite e 35% estavam à procura de emprego. A pesquisa revelou ainda que 36,8% dos moradores ganhavam um salário mínimo e 27,2%, dois.

Apenas 10,6% dos entrevistados revelaram que recebiam rendimento maior ou igual a três salários mínimos.

A população do bairro também é pouco escolarizada. A maioria dos entrevistados (59%) disse que frequentou a escola por no máximo quatro anos, outros 8,8% se declararam analfabetos, 30,7% disseram que estudou até 10 anos, 9,6%, até 11 anos, e não houve notificação para a opção de mais de 11 anos (universi-

dade) de escolaridade.

"As pessoas precisam aprender a se valorizar enquanto cidadãos para continuar participando", defende Débora Nunes. Ela diz que aspectos antropológicos da pobreza "estão na base das dificuldades do trabalho coletivo". A interiorização do estigma da pobreza, verificada na correlação entre "pobre e potencialmente perigoso", confere aos indivíduos que assim se identificam uma "auto-imagem ne-

gativa do grupo".

Sobre a questão, escreve a autora: "Muitas vezes, quando as possibilidades de participação se apresentam, a interiorização da estigmatização impede o indivíduo de se disponibilizar, bem como são empecilhos o desconhecimento dos rituais democráticos, as manipulações de todo tipo e a falta de conhecimento dos problemas internos de relações humanas em um processo coletivo".